

2012

RELATÓRIO
ANUAL



2012
RELATÓRIO
ANUAL

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

1º VICE-PRESIDENTE

Paulo Antonio Skaf

2º VICE-PRESIDENTE

Antônio Carlos da Silva

3º VICE-PRESIDENTE

Flavio José Cavalcanti de Azevedo

VICE-PRESIDENTES

Paulo Gilberto Fernandes Tigre

Alcantaro Corrêa

José de Freitas Mascarenhas

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

Rodrigo Costa da Rocha Loures

Roberto Proença de Macêdo

Jorge Wicks Côrte Real

José Conrado Azevedo Santos

Mauro Mendes Ferreira

Lucas Izoton Vieira

Eduardo Prado de Oliveira

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

1º DIRETOR FINANCEIRO

Francisco de Assis Benevides Gadelha

2º DIRETOR FINANCEIRO

João Francisco Salomão

3º DIRETOR FINANCEIRO

Sérgio Marcolino Longen

1º DIRETOR SECRETÁRIO

Paulo Afonso Ferreira

2º DIRETOR SECRETÁRIO

José Carlos Lyra de Andrade

3º DIRETOR SECRETÁRIO

Antonio Rocha da Silva

DIRETORES

Olavo Machado Júnior

Denis Roberto Baú

Edílson Baldez das Neves

Jorge Parente Frota Júnior

Joaquim Gomes da Costa Filho

Eduardo Machado Silva

Telma Lucia de Azevedo Gurgel

Rivaldo Fernandes Neves

Glauco José Côrte

Carlos Mariani Bittencourt

Roberto Cavalcanti Ribeiro

Amaro Sales de Araújo

Sergio Rogerio de Castro

Julio Augusto Miranda Filho

CONSELHO FISCAL

Titulares

João Oliveira de Albuquerque

José da Silva Nogueira Filho

Carlos Salustiano de Sousa Coelho

Suplentes

Célio Batista Alves

Haroldo Pinto Pereira

Francisco de Sales Alencar



2012
RELATÓRIO
ANUAL

BRASÍLIA 2013

© 2013. Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CNI – Confederação Nacional da Indústria.

FICHA CATALOGRÁFICA

C748

Confederação Nacional da Indústria.
Relatório anual 2012. – Brasília : CNI, 2013.
56 p. : il.

1.Relatório. 2. Gestão Orçamentária. I. Título.

CDU: 338.45

CNI

Confederação Nacional da Indústria
Setor Bancário Norte
Quadra 1 – Bloco C
Edifício Roberto Simonsen
70040-903 – Brasília – DF
Tel.: (61) 3317- 9000
Fax: (61) 3317- 9994

www.cni.org.br

Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC
Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992
sac@cni.org.br

SUMÁRIO

Palavra do presidente Estímulo à competitividade

Um ano perdido para a indústria **17**

*Ociosidade da indústria e queda da confiança dos
empresários adiaram os investimentos em 2012* **20**

*Queda da atividade industrial foi
disseminada setorialmente* **21**

Retenção de mão de obra pressiona os custos do trabalho **23**

Conhecimento para a competitividade **25**

Energia competitiva **26**

Exportação desonerada **27**

Fim da guerra dos portos **28**

Concessões estimulam investimento **29**

Sustentação ao investimento **29**

Fim do adicional do FGTS **30**

30 *A indústria tem pressa*

31 *Petróleo e gás no plano brasil maior*

32 *Petróleo e gás nas federações de indústrias*

33 *Nova era tecnológica*

33 *Debates sobre o futuro da indústria voltam a Brasília*

34 *Prioridades empresariais*

35 *Educação: caminho para a economia de alto crescimento*

Pronatec ampliado **36**

Ações para a competitividade **37**

Ações no judiciário **40**

Atuação no congresso **42**

Principais conquistas e avanços **42**

Foco no associativismo **43**

Consolidação da rede de desenvolvimento associativo **47**







PALAVRA DO PRESIDENTE

ESTÍMULO À COMPETITIVIDADE

O maior ganho de 2012, marcado por mais uma redução do Produto Interno Bruto (PIB) industrial, foi a crescente consciência, tanto no governo como na sociedade, dos graves entraves à competitividade da nossa economia.

Aumentou a percepção sobre a importância da indústria para o desenvolvimento do país. Isso gerou um ambiente propício para a adoção de medidas para enfrentar os problemas que concorrem para o insatisfatório desempenho da indústria.

A CNI esteve presente em várias dessas iniciativas — redução da tarifa de energia elétrica, ampliação dos setores contemplados pela desoneração da folha de pagamentos, fim da guerra dos portos, renovação do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), instrumentos de suporte à inovação e à educação e atração do capital privado para projetos de infraestrutura, por exemplo. Alguns dos efeitos positivos devem se manifestar ao longo de 2013.

A magnitude do desafio não pode ser subestimada. Apesar dos avanços, o processo legislativo e regulamentador do país ainda opera como se fôssemos uma ilha. As consequências de medidas e regulações sobre a eficiência econômica não são devidamente aferidas. A fábrica do custo Brasil permanece em operação.

O Relatório de Competitividade 2012 da CNI mostra que o país necessita se comparar com o mundo. Precisamos ter metas claras de desempenho para melhorar os fatores que afetam a nossa competitividade.

Ao fazer o balanço do ano, transiro o meu olhar para 2013. Com a expectativa de menos riscos na economia global, nosso desempenho dependerá, fundamentalmente, da agenda doméstica.

Temos muito que fazer. A reforma do ICMS está em negociação. Há o desafio de tornar realidade a revolução necessária na área de infraestrutura. O SENAI está envolvido em um ambicioso programa de investimentos na ampliação da formação profissional e de centros de tecnologia e de inovação. Apresentamos 101 recomendações para aperfeiçoar as relações de trabalho. Concluiremos o novo Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022, que apresenta nossa visão para o futuro e as prioridades da nossa atuação.

Com o engajamento de empresários, federações estaduais de indústria, sindicatos e associações setoriais, esperamos que 2013 represente uma mudança de rumo. A indústria precisa colher os resultados desse cenário de estímulo à competitividade da economia brasileira.

Robson Braga de Andrade
PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI)





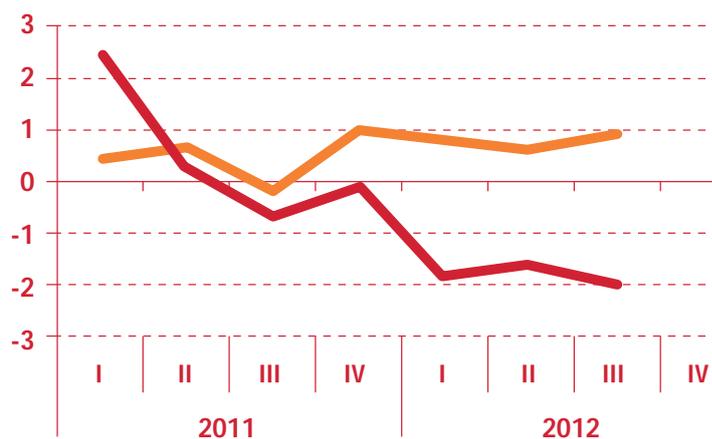


UM ANO PERDIDO PARA A INDÚSTRIA

O ano de 2012 foi marcado pela frustração das expectativas sobre a trajetória da economia brasileira. A recuperação esperada, principalmente da atividade industrial, foi adiada a cada trimestre e acabou não ocorrendo no ano.

O baixo crescimento do PIB foi caracterizado por uma composição desbalanceada entre consumo e investimento. O consumo das famílias cresceu 3,1% em 2012, enquanto o investimento caiu 4% no mesmo período. Tal desequilíbrio está intrinsecamente ligado à fraca atividade industrial.

||||| **GRÁFICO 1 – Consumo e investimento (FBKF):**
 Variação frente ao trimestre anterior – Dessazonalizado |||||



- Consumo das famílias
- Formação bruta de capital fixo

Fonte: IBGE.

A retomada da atividade da indústria foi impedida por um conjunto de fatores. A alta carga tributária, a permanência de uma taxa de câmbio valorizada, a burocracia excessiva, as incertezas regulatórias, a dificuldade de acesso ao crédito, o mercado de trabalho pouco flexível e os problemas de logística e infraestrutura elevam o custo de produção e reduzem a competitividade da indústria brasileira.

Esses entraves à competitividade fazem com que a indústria não consiga conquistar mercado externo nem reter parte do consumo interno, que é cada vez mais direcionado para as importações. O coeficiente de penetração de importações, que mede a participação de bens industriais importados no consumo doméstico desses produtos, cresceu rapidamente nos últimos três anos, passando de 16,6% em 2009 para 21,6% em 2012.



||||| **GRÁFICO 2** – Coeficiente de penetração de importações (em%) – Preços correntes |||||



Fonte: CNI e FUNCEX.

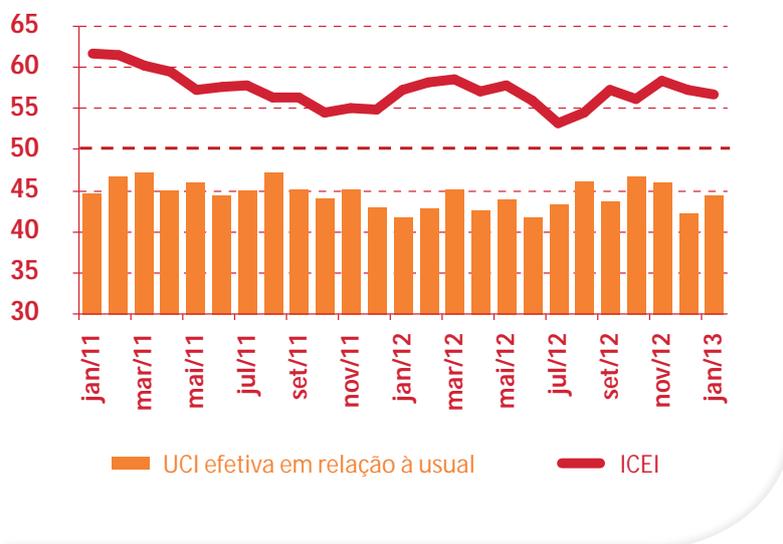
OCIOSIDADE DA INDÚSTRIA E QUEDA DA CONFIANÇA DOS EMPRESÁRIOS ADIARAM OS INVESTIMENTOS EM 2012

A indústria operou com ociosidade elevada em todo o ano de 2012. O indicador de Utilização da Capacidade Instalada efetiva em relação à usual, medido pela Sondagem Industrial da CNI, está abaixo de 50 pontos desde dezembro de 2010 – o que indica retração.

A ociosidade do parque industrial somada às frustrações das expectativas sobre o desempenho do setor inibiu o crescimento da confiança do empresário. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI/CNI) interrompeu a trajetória de crescimento no final do primeiro trimestre e passou a oscilar ao longo do ano em níveis inferiores ao de março.

Com a confiança em baixa, os investimentos foram adiados. A formação bruta de capital fixo, de acordo com as Contas Nacionais do IBGE, recuou em todos os trimestres de 2012.

||||| **GRÁFICO 3** – Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) e UCI efetiva em relação à usual |||||



Fonte: CNI.

Os indicadores variam no intervalo de 0 a 100.

Valores acima de 50 indicam empresários confiantes ou UCI acima do usual.

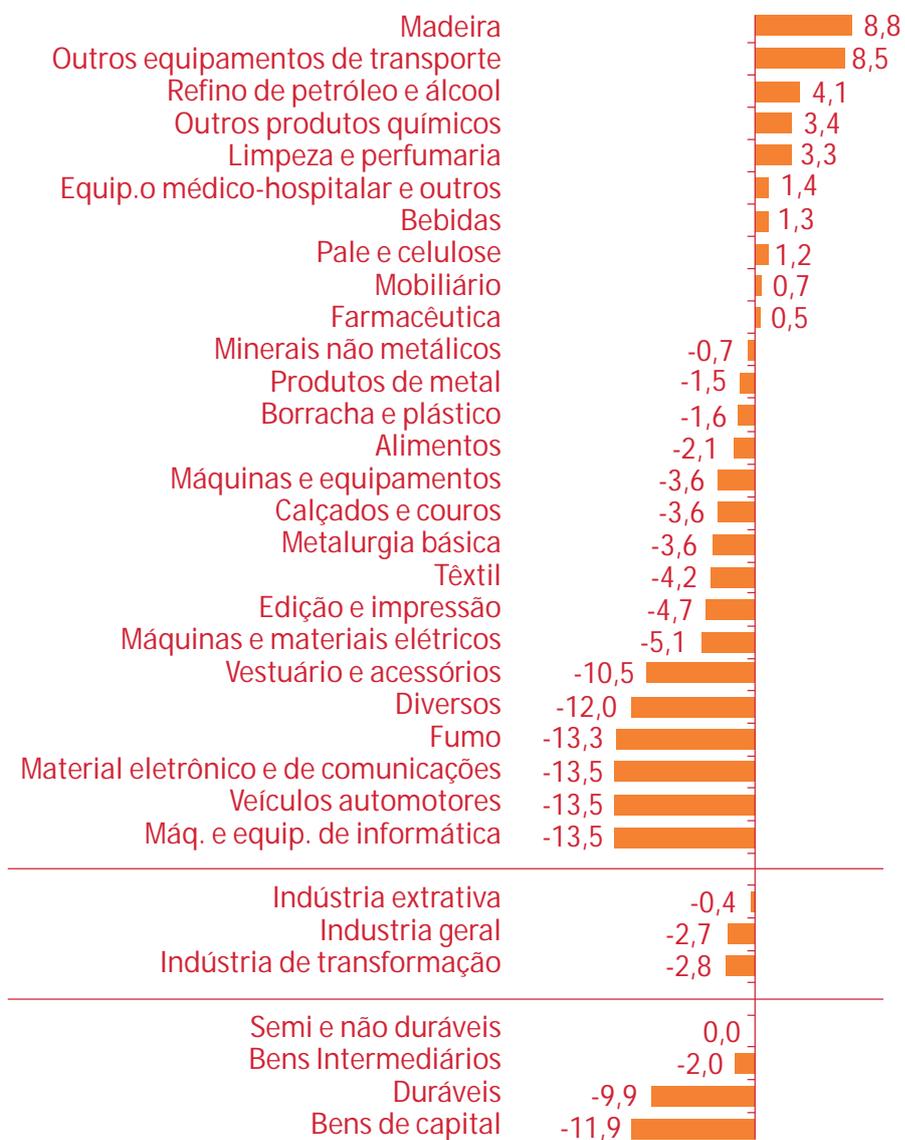
QUEDA DA ATIVIDADE INDUSTRIAL FOI DISSEMINADA SETORIALMENTE

O direcionamento da demanda para fora do país e o fato de o consumidor brasileiro aumentar a participação de sua renda no consumo de serviços afetaram a dinâmica da produção industrial.

A produção física da indústria, segundo a Produção Industrial Mensal do IBGE, recuou 2,7% em 2012, na comparação com o ano anterior, um resultado ainda pior do que o crescimento de 0,4% registrado em 2011. A produção industrial caiu em todas as categorias de uso. O destaque negativo ficou por conta da categoria de bens de capital, com o maior recuo (-11,9%). A produção de bens duráveis caiu 9,1% no mesmo período.



||||| **GRÁFICO 4** – Produção industrial por setor de atividade e categoria de uso: variação de 2012 frente ao ano anterior |||||



Fonte: IBGE.

Dos 26 setores considerados, a produção industrial recuou em 15. As quedas mais pronunciadas da produção ficaram por conta dos setores Máquinas e equipamentos de informática (-13,5%), Veículos automotores (-13,5%), Material eletrônico e de comunicações (-13,5%), Fumo (-13,3%), Indústrias diversas (-12,0%) e Vestuário (-10,5%). Dos oito setores que registraram crescimento da produção em 2012, as maiores altas vieram de Madeira (8,8%) e Outros equipamentos de transporte (8,5%).

Do segundo trimestre de 2011 ao terceiro de 2012, a indústria passou por um processo de ajustamento de seus estoques de produtos finais. O indicador de estoques efetivo em relação ao planejado, acompanhado pela Sondagem Industrial CNI, situou-se acima de 50 pontos – o que indica estoques indesejados – desde abril de 2011. Esse processo foi finalizado em setembro de 2012, quando o indicador passou a flutuar ao redor de 50 pontos. O ajuste de estoques é condição básica para aumentos da produção futura.

RETENÇÃO DE MÃO DE OBRA PRESSIONA OS CUSTOS DO TRABALHO

Mesmo com a queda da atividade, a indústria manteve o nível de emprego. A ocupação na indústria de transformação recuou 0,2% em 2012, conforme mostraram os Indicadores Industriais da CNI. Essa aparente disparidade se dá pelo dinamismo do mercado de trabalho em geral.

A taxa de desemprego em baixas históricas reduz o contingente de trabalhadores em busca de emprego. Com menor oferta de mão de obra, aumenta o problema da falta de trabalhador qualificado. Esse problema ganhou importância nos dois últimos trimestres de 2012, de forma que praticamente um terço das empresas industriais declararam, na Sondagem Industrial, que esse é um dos três maiores problemas para o setor.

O aumento da escassez de mão de obra qualificada pressiona os salários, uma vez que o poder de barganha dos trabalhadores aumenta no mercado. O rendimento médio real do trabalhador da indústria de transformação cresceu 5,3% em 2012, o que representa uma taxa de crescimento de mais que o dobro do faturamento real do setor.

Portanto, o ano de 2012 foi perdido para a indústria brasileira. Há expectativas de que a indústria em 2013 volte a registrar crescimento. O ajustamento de estoques e as medidas governamentais de redução da tributação, como a desoneração da folha de pagamentos, a queda do custo de energia, o programa de investimento em infraestrutura e a taxa

de juros em baixa histórica poderão trazer ganhos de competitividade para o setor industrial.

Somado a isso, alguns fatores são importantes para garantir um crescimento mais robusto e continuado da indústria, como assegurar a redução das incertezas na gestão macroeconômica, marcada por discursos conflitantes sobre o manejo das políticas cambial, monetária e fiscal; garantir o sucesso dos programas de concessões e de parceria público-privada em projetos de infraestrutura e elevar a capacidade de execução do orçamento de investimentos; avançar nas reformas capazes de aumentar a competitividade da economia e que contribuam para a redução de custos de produção; e reduzir as incertezas regulatórias que limitam decisões de investimentos.



CONHECIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE

A atuação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) ao longo de todo o ano de 2012 teve como foco o incremento da competitividade do setor que ela representa. Quanto mais competitivo for o setor industrial, maior o ritmo de crescimento da economia brasileira.

Conhecer a evolução dos custos que afetam a indústria de modo geral é fundamental para a construção de políticas e ações que se revertam em melhoria das condições de produção das empresas aqui instaladas.

Para acompanhar detalhadamente os custos envolvidos na atividade produtiva, a Confederação Nacional da Indústria criou em 2012 a pesquisa Indicador de Custos Industriais. O indicador foi construído para acompanhar os custos de produção, de capital de giro e tributários e será divulgado trimestralmente.

A primeira edição da pesquisa, correspondente ao terceiro trimestre de 2012, mostrou um aumento de 8,1% dos custos industriais na comparação com igual trimestre de 2011. Os custos de produção subiram 10,6% no período e os tributários, 7,1%. Na direção oposta, os custos com capital de giro foram reduzidos em 30,7% na mesma base de comparação.

Os preços registraram crescimento de 6,6% no mesmo período, não compensando a perda de competitividade causada pelo aumento de custos. A melhoria apresentada no trimestre se deveu à desvalorização do real, que, no entanto, não foi suficiente para compensar as perdas de competitividade verificadas desde o início da série histórica, em 2006.

A partir da construção do Indicador de Custos Industriais, a defesa dos interesses das indústrias tem mais um importante componente para a construção dos argumentos pró-competitividade.

ENERGIA COMPETITIVA

A energia elétrica é o insumo mais disseminado na indústria, que consome 43% de toda a energia produzida anualmente no Brasil. Uma redução dos custos desse insumo fundamental tem o potencial de melhorar sensivelmente a competitividade da maioria das empresas do país.

Por isso, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) vem defendendo, há vários anos, reduções nos custos da energia elétrica pagos pela indústria e pelos demais setores da economia. Afinal, o preço da energia no Brasil é o quarto maior do mundo, perdendo apenas para a Itália, o Japão e a Alemanha, países que não possuem uma matriz energética limpa e renovável como a brasileira, majoritariamente hidrelétrica.

No Brasil, o megawatt-hora custa cerca de US\$ 147, ante US\$ 69,5 nos Estados Unidos. Um claro desestímulo à produção.

Em 2012, o governo enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória 579, que dispunha sobre a redução ou extinção de encargos na tarifa de energia elétrica e sobre a renovação das concessões de empresas geradoras e transmissoras de energia que terminavam em 2015.

A CNI trabalhou ativamente para aprimorar os pontos da MP 579 e reunir apoio para aprovação do texto. Entre outras ações, a instituição promoveu dois seminários, um em São Paulo e outro em Brasília, em parceria com a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base (Abdib), para discutir o modelo proposto pelo governo para as novas concessões do setor elétrico.

Em dezembro de 2012, a MP foi aprovada pelo Senado e sancionada pela presidente da República. As concessões das empresas de geração e transmissão que venciam entre 2015 e 2017 foram renovadas por 30 anos, com redução das tarifas e das receitas. Os encargos Reserva Global de Reversão (RGR) e Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) foram extintos.

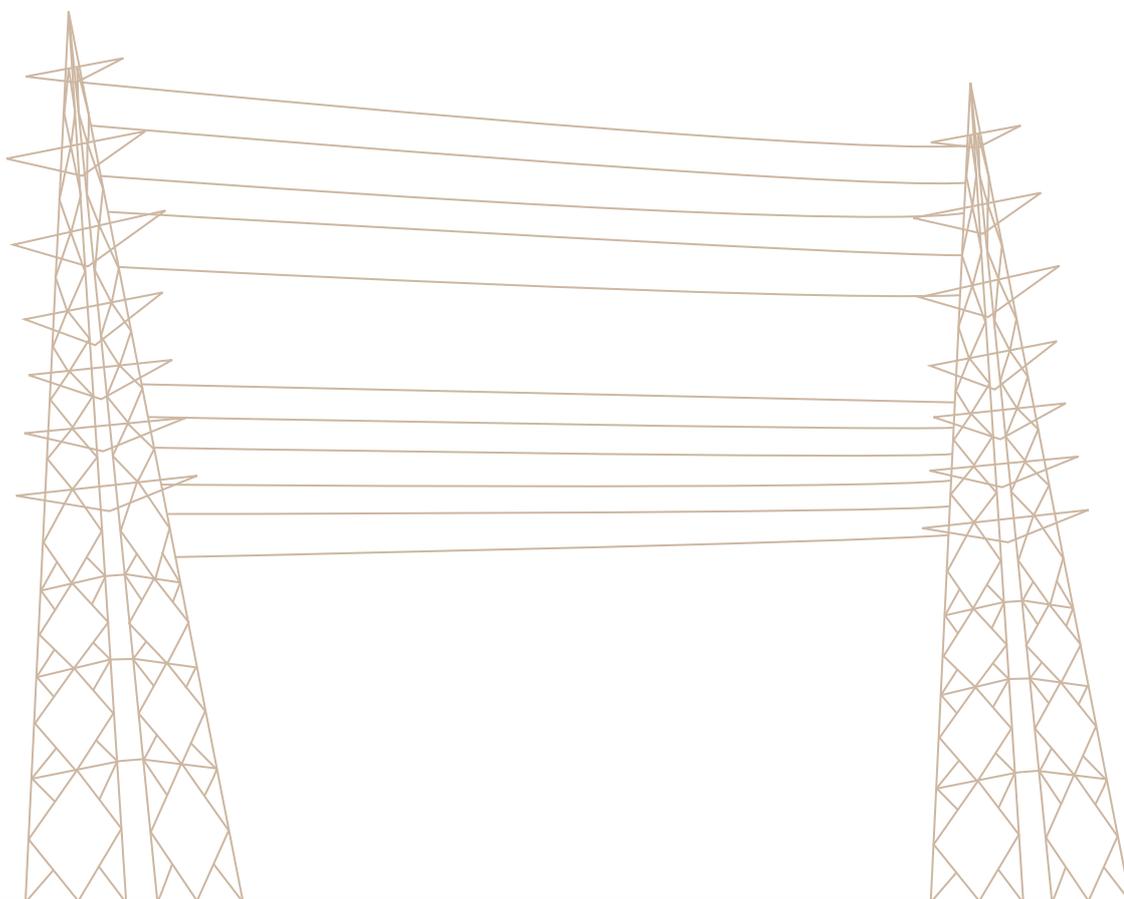
A estimativa de redução do custo final da energia elétrica feita pelo governo foi de até 18% para o consumidor doméstico e de até 28% para o setor industrial, a depender do estado em que estão localizados, dando um passo importante em direção ao aumento da competitividade da indústria.

EXPORTAÇÃO DESONERADA

O governo anunciou, em dezembro de 2012, a prorrogação para todo o ano de 2014 do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). Duas semanas antes do anúncio, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, solicitou publicamente à presidente da República, Dilma Rousseff, que não deixasse o Reintegra acabar em 31 de dezembro de 2012, como inicialmente previsto.

O regime especial, uma das iniciativas do Plano Brasil Maior, fora instituído em agosto para desonerar os resíduos de tributos indiretos, como a Cide, o IOF, o PIS e a Cofins, dos produtos manufaturados no Brasil e exportados.

As empresas beneficiadas podem reintegrar o equivalente a 3% da receita de exportação.

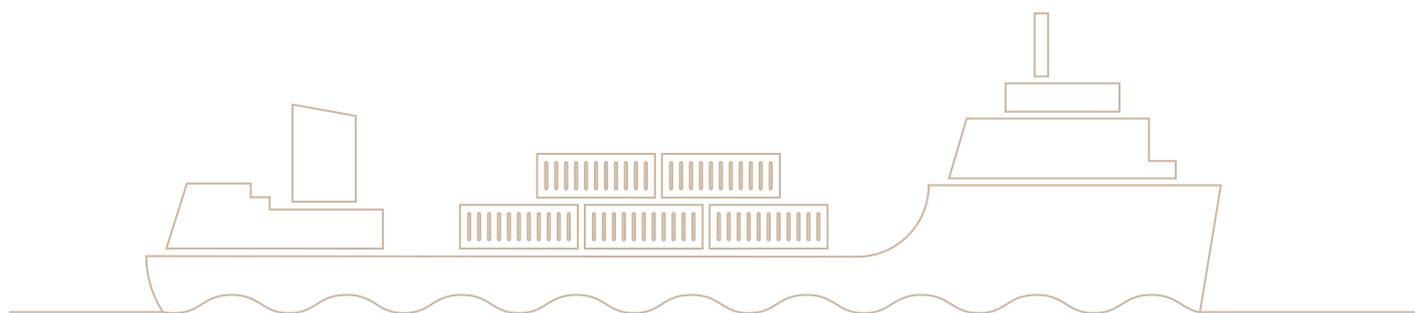


FIM DA GUERRA DOS PORTOS

O Senado Federal aprovou, em abril de 2012, a Resolução 13, que fixou em 4% a alíquota do ICMS para as operações interestaduais com bens e mercadorias importados que, após passarem pela aduana, não sofram processo de industrialização ou que, submetidos a esse processo, mantenham mais de 40% de conteúdo importado.

O objetivo é acabar com a guerra dos portos, por meio da qual estados davam descontos no percentual de ICMS que deve ser pago no local de origem e acabavam por tornar os produtos importados mais baratos do que os nacionais, prejudicando a indústria brasileira.

A Resolução 13 era a conversão do Projeto de Resolução do Senado 72/2010, uma das 16 proposições da Pauta Mínima da Agenda Legislativa da Indústria 2012. A CNI atuou para a aprovação da resolução como forma de garantir isonomia de competição entre os produtos nacionais e importados.



CONCESSÕES ESTIMULAM INVESTIMENTO

O governo federal concedeu três dos principais aeroportos brasileiros à iniciativa privada em 2012: Cumbica (Guarulhos), Galeão (Rio de Janeiro) e Viracopos (Campinas). Foi o primeiro movimento da atual administração a reconhecer a importância de se contar com o investimento privado na modernização da infraestrutura logística do país, área vital para o desenvolvimento econômico e social, em acordo com a defesa que a CNI sempre fez desse modelo de investimento e de gestão.

Também foi anunciado em 2012 um pacote de R\$ 133 bilhões para o investimento em construção e reforma de rodovias (R\$ 42,5 bilhões, para 5,7 mil quilômetros) e ferrovias (R\$ 91 bilhões, para 10 mil quilômetros) nos próximos 10 anos. O modelo definido pelo governo para os investimentos também foi o de concessões à iniciativa privada.

E, no final do ano, ficou pronto o texto da Medida Provisória 595, que trata da modernização da infraestrutura portuária no Brasil e permite a operação dos portos por empresas privadas como forma de estímulo à competição e de garantir melhor gestão.

SUSTENTAÇÃO AO INVESTIMENTO

O investimento produtivo é o principal caminho para o desenvolvimento econômico e social do país, com geração de emprego e de renda. Em dezembro de 2012, a CNI solicitou, na abertura do 7º Encontro Nacional da Indústria (ENAI), a renovação para 2013 do Programa de Sustentação do Crescimento (PSI), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a exemplo do que fizera com o Reintegra.

A presidente Dilma Rousseff anunciou, também no ENAI, a continuação do PSI por mais um ano. De acordo com o ministério da Fazenda, são R\$ 100 bilhões destinados aos investimentos em bens de capital, inovação e máquinas e equipamentos eficientes, exportação e projetos transformadores.

FIM DO ADICIONAL DO FGTS

A CNI atuou para a aprovação, no Senado Federal, do Projeto de Lei Complementar 378/2006, que acaba, em 1º de julho de 2013, com a contribuição extra de 10% sobre o Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço (FGTS) em casos de demissão sem justa causa. O adicional foi criado em 2001 para equilibrar as contas do Fundo e não tem relação com a multa de 40% paga pelas empresas aos empregados também em casos de desligamento sem justa causa.

O FGTS teve as contas reequilibradas desde 2012 e desde então o adicional deixou de ter sentido, tendo permanecido apenas como um custo a mais para as empresas, diminuindo a competitividade do setor produtivo.

A INDÚSTRIA TEM PRESSA

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou, em junho de 2012, a campanha “A indústria tem pressa, o Brasil não pode esperar” para sensibilizar empresários, poder público e sociedade civil da necessidade de reformas e aprimoramentos em diversos setores da economia.

A campanha se baseou em 12 pilares da competitividade, definidos em 2010 no documento “A indústria e o Brasil: uma agenda para crescer mais e melhor”, que foi entregue, à época, aos candidatos à presidência da República.

Entre os 12 pilares enfocados pela CNI, estão a burocracia, a tributação e o gasto público, infraestrutura, financiamento e educação.

A campanha “A indústria tem pressa, o Brasil não pode esperar” teve 7.031 participantes, 5.663 apoiadores na rede social Facebook e recebeu 185 ideias para ajudar a resolver os problemas ligados aos 12 pilares da competitividade.

Educação foi o pilar que recebeu mais ideias dos participantes, com 74. Em seguida vieram inovação, com 56, tributação e gasto público, com 49 sugestões, e infraestrutura, com 46 ideias.

PETRÓLEO E GÁS NO PLANO BRASIL MAIOR

Desde o lançamento do Plano Brasil Maior a CNI trabalha em duas vertentes: construir, em parceria com as entidades setoriais envolvidas, propostas de política industrial para subsidiar a formulação do Plano e acompanhar a implementação das medidas.

A atuação na cadeia de petróleo e gás é uma das mais destacadas. Com a descoberta do pré-sal, o Brasil consolidou a presença no grupo dos atores relevantes no mercado mundial da *commodity*. Os investimentos que serão feitos pelas operadoras nos próximos anos têm o potencial de impulsionar a atividade de vários segmentos da economia que fornecem insumos, componentes, produtos e serviços ao setor.

Para atender a essa demanda, a cadeia de fornecedores precisará aumentar a capacidade de produção, adaptar e aprimorar as técnicas existentes, desenvolver novas tecnologias e elevar a produtividade.

A CNI, em parceria com a Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP), elaborou um conjunto de propostas para fortalecer o desenvolvimento da indústria brasileira.

As propostas se concentraram em três eixos: políticas para promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico, para atrair investimentos e internacionalizar a cadeia e políticas para desenvolver a engenharia básica nacional.

Paralelamente, foi elaborado um diagnóstico da política de conteúdo local para a cadeia de petróleo e gás, com o objetivo de fomentar uma discussão sobre como tal modelo pode contribuir para o desenvolvimento da cadeia produtiva, agregar valor à produção local e incorporar novas tecnologias.

Para marcar a entrega desses estudos e propostas para o governo federal, foi realizado no Rio de Janeiro, em agosto de 2012, um seminário internacional com a participação da congênere da CNI na Noruega, a Næringslivets Hovedorganisasjon (NHO), país tido como referência em políticas para o desenvolvimento dessa cadeia produtiva.



PETRÓLEO E GÁS NAS FEDERAÇÕES DE INDÚSTRIAS

A importância da cadeia de petróleo e gás levou a CNI a estruturar o Programa de Desenvolvimento Competitivo para a Cadeia de Valor da Indústria de Petróleo e Gás Natural, fruto de um intercâmbio de experiências entre as federações de indústrias hoje envolvidas na iniciativa.

O ano de 2012 foi decisivo para fortalecer a rede de núcleos e consolidar aspectos metodológicos e de governança, com a elaboração dos manuais de Diretrizes e de Governança dos Núcleos de Petróleo e Gás. Ambos foram divulgados durante o 3º Workshop de Capacitação e Planejamento dos Núcleos de Petróleo e Gás do Sistema Indústria, realizado de 10 a 12 de dezembro no escritório da CNI em São Paulo. No evento, foram

feitas oficinas de capacitação dos estados nas metodologias de estruturação e de governança dos núcleos.

Foram realizados três workshops regionais de lançamento em 2012: na Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEPR), na Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (FINDES) e na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG).

NOVA ERA TECNOLÓGICA

Uma nova era tecnológica começou com a biotecnologia. Se, anos atrás, as descobertas dos códigos digitais trouxeram uma nova configuração econômica, agora é a vez da biologia genética e molecular revolucionarem o mundo dos negócios. E o Brasil, para tornar realidade todo o potencial que os recursos naturais do país proporcionam, precisa de uma legislação moderna, em que as regras para o uso da biodiversidade e o acesso a material genético estejam alinhadas com políticas que estimulem a competitividade do setor produtivo. A conclusão foi feita por especialistas em bioeconomia, brasileiros e estrangeiros, no Fórum de Bioeconomia que a CNI realizou em São Paulo, no dia 4 de outubro, com 200 empresários.

DEBATES SOBRE O FUTURO DA INDÚSTRIA VOLTAM A BRASÍLIA

Em 2012, o mais significativo fórum de debates para o desenvolvimento da indústria brasileira, o Encontro Nacional da Indústria (ENAI), voltou a ser realizado em Brasília, entre os dias 5 e 6 de dezembro, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Com o tema central “O futuro da indústria”, a 7ª edição do evento contou com a participação na abertura da presidente da República, Dilma Rousseff, e a de diversos ministros e outras autoridades, como os titulares dos ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, e da Educação, Aloizio Mercadante, e do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz.

Empresários de todos os estados, representantes sindicais, acadêmicos e membros das 27 federações formaram o público de mais de 2 mil pessoas. Eles discutiram sobre os principais desafios para o aumento da competitividade da indústria nacional, entre eles tributação, política industrial, infraestrutura e legislação trabalhista.

A palestra magna do 7º ENAI foi realizada pelo editor de inovação da revista britânica *The Economist*, Paul Markillie, que falou da nova revolução industrial que começa a se desenhar, com os adventos da realidade virtual, que possibilita que as experiências que os consumidores terão com os produtos sejam testadas antes do início da produção, da prototipagem digital, do uso de novos materiais e também da impressão em 3D, que permite testes diversos em peças e componentes com redução de custos.

No painel dedicado à reforma tributária, os participantes concordaram que os ambientes econômico, político e institucional brasileiros possibilitam a realização de uma reforma em 2013. Na sessão plenária de gestão pública, o recado dos palestrantes foi o de que o primeiro desafio é melhorar a gestão das áreas ligadas à infraestrutura para que as obras necessárias para o desenvolvimento econômico e social do país saiam do papel.

PRIORIDADES EMPRESARIAIS

A Carta da Indústria, resultado das discussões promovidas durante o 7º ENAI, elencou as seis principais mensagens do evento e enumerou sete prioridades de ações da indústria. A primeira mensagem é de que a indústria é fundamental para o crescimento do país. Outras mensagens são de que a competitividade é a principal agenda do setor industrial e de que educação e inovação são chaves na estratégia das empresas.

A primeira prioridade listada pelos participantes do 7º ENAI é a reforma do ICMS e do PIS-Cofins. A segunda prioridade é o avanço nas concessões e marcos regulatórios, seguida da redução da insegurança jurídica e dos encargos nas relações do trabalho. Também foram listados o fortalecimento da produtividade e da inovação e o aperfeiçoamento do marco regulatório do meio ambiente. As duas prioridades que completam a lista são o ataque ao excesso de burocracia e a qualidade da educação.

EDUCAÇÃO: CAMINHO PARA A ECONOMIA DE ALTO CRESCIMENTO

A educação de qualidade em todos os níveis – básico, superior e profissional – é decisiva para garantir a competitividade das empresas e o crescimento sustentado da economia brasileira.

Esse fator da competitividade do Brasil foi o escolhido pela Confederação Nacional da Indústria para ser o tema central do novo Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022, que começou a ser discutido em agosto de 2012.

A escolha dos temas principais do renovado Mapa Estratégico da Indústria foi feita a partir de sugestões dos integrantes dos 12 Conselhos Temáticos da CNI, dos membros do Fórum Nacional da Indústria e dos resultados dos debates de quatro painéis temáticos com especialistas das áreas de financiamento, segurança jurídica e burocracia, integração nacional e meio ambiente.

Além disso, a prioridade para a educação foi referendada em pesquisa feita pela CNI com 275 líderes empresariais de todo o país entre novembro e dezembro de 2012. A educação foi o tema com a maior importância, com nota de 7,08, numa escala de zero a 10. Tributação (6,6), infraestrutura (6) e inovação (5,29) vieram a seguir na escala de importância para uma economia de alto crescimento.

A primeira versão do Mapa foi lançada em 2005.

O acompanhamento periódico dos indicadores do Mapa identificou os avanços e os retrocessos do Brasil no caminho do desenvolvimento sustentado. Esse acompanhamento mostra, entre outros pontos, que de 2007 até hoje a desigualdade social diminuiu, houve avanços na inclusão digital e na oferta de empregos. Mostra ainda que o país não foi capaz de fazer os investimentos necessários em saneamento, transportes e energia, assim como ampliar as exportações e melhorar a competitividade industrial.

Assim como a versão 2007-2015, o Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022 apresentará programas, metas e indicadores para que, em 2022, ano em que se comemorará o bicentenário da Independência, o Brasil tenha um ambiente de negócios propício aos investimentos e tenha melhores resultados de crescimento do PIB e de distribuição de renda.

PRONATEC AMPLIADO

Uma das principais ações da CNI e do Sistema Indústria para apoiar o desenvolvimento da educação no Brasil é a parceria com o governo federal no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado em 2011 com o objetivo de, até 2014, atender a 8 milhões de jovens brasileiros.

Durante a abertura do 7º ENAI, a presidente Dilma Rousseff, acompanhada do ministro da Educação, Aloizio Mercadante, anunciou a expansão do programa, agora para os jovens que deixaram a sala de aula antes de completarem o ensino médio e pretendem voltar a estudar. O Pronatec já atendeu a 2,5 milhões de estudantes de todo o país. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é responsável por 55% das matrículas do programa.



AÇÕES PARA A COMPETITIVIDADE

MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA

Em um mercado formal de trabalho competitivo e dinâmico, que entre os anos 2000 e 2010 passou de 25 milhões de trabalhadores para 44 milhões, as relações de trabalho têm um impacto considerável na geração do emprego. No Brasil, o mercado de trabalho brasileiro é até hoje regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que vigora desde 1943.

No entanto, muitos dos avanços feitos na época e que ainda persistem no arcabouço legal de hoje se tornaram anacronismos. São pontos como o regime do sobreaviso, criado para ser aplicado aos ferroviários que tinham de ficar em casa na década de 1930 à espera de serem chamados para serviços imprevistos.

A extinção desse regime é uma das sugestões do documento 101 Propostas para Modernização Trabalhista, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e apresentado no 7º Encontro Nacional da Indústria (ENAI), em dezembro, em Brasília.

O objetivo do estudo é abrir as discussões para reduzir os altos custos do emprego formal, que a CNI vê como um dos mais graves gargalos ao aumento da competitividade das empresas brasileiras. O documento lista 101 “irracionalidades” da legislação trabalhista, aponta as consequências de cada uma delas, dá a solução e a forma legal para adotá-la e ainda enumera os ganhos das mudanças.

Sugere, para eliminar as “irracionalidades”, 65 projetos de lei, três projetos de lei complementar, cinco projetos de emenda à Constituição (PECs), 13 atos normativos, sete revisões de súmulas do Tribunal Superior do Trabalho (TST), seis decretos, cinco portarias e duas normas de regulamentação (NR) do Ministério do Trabalho na área de saúde e segurança do trabalho.

No estudo, a CNI aponta vários fatores que criam um ambiente antiemprego no país: rigidez da legislação trabalhista, burocracia e insegurança jurídica crescentes, excesso de obrigações acessórias no salário, formação de passivos trabalhistas e previdenciários incalculáveis, existência de instituições do trabalho não alinhadas ao aumento da competitividade e elevado risco de gerar empregos.

LIDERANÇA NA SUSTENTABILIDADE

A CNI apresentou, durante a realização da Rio+20, no Rio de Janeiro, uma agenda propositiva e mobilizadora das lideranças empresariais do país para a transformação de padrões de produção e de consumo em modelos mais sustentáveis. A CNI sabe que a transição para o crescimento sustentável requer mudanças em produtos e processos que exigem inovação, incorporação de novas tecnologias, melhores práticas de gestão e governança corporativa, educação e capacidade profissional.

Durante o Encontro da Indústria para a Sustentabilidade, promovido pela CNI com lideranças internacionais e brasileiras concomitantemente à Rio+20, a instituição assumiu, no Documento Nacional de Compromissos e Posicionamentos, quatro compromissos rumo à sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento social: a disseminação de novas tecnologias, processos e melhores práticas; a identificação de metas e construção de indicadores; os investimentos na educação e na capacitação profissional; e a articulação com atores domésticos e internacionais.

A CNI, em conjunto com 16 associações empresariais setoriais, também apresentou no Encontro da Indústria para a Sustentabilidade 16 fascículos com as ações de sustentabilidade que as empresas desses setores promovem.

BRASIL MAIS FORTE NO XADREZ MUNDIAL

A CNI organizou sete missões empresariais ao exterior em 2012, das quais quatro concomitantes a visitas oficiais da presidente Dilma Rousseff, além de outras ações internacionais em parceria com os ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e de Relações Exteriores e com a Apex-Brasil.

Os empresários acompanharam a presidente Dilma à Alemanha, à Índia, aos Estados Unidos e à Rússia. Em comum, todas as missões tiveram o objetivo de fortalecer as relações bilaterais e os laços comerciais, de explorar as melhores oportunidades de investimento e o comércio para os dois lados.

A Missão Empresarial CeBIT, de 4 a 12 de março, em Hannover, na Alemanha, teve 46 empresários. A feira CeBIT é considerada a mais importante sobre tecnologia de comunicação para ambientes domésticos e de trabalho, com foco nos setores industrial, de bancos, serviços e agências governamentais, entre outros.

A Missão Empresarial BRICS/Índia, de 27 a 30 de março, em Nova Déli, na Índia, foi organizada no âmbito da IV Cúpula do BRICS e teve como objetivo a prospecção de oportunidades, o fortalecimento das relações comerciais e o potencial dos investimentos existentes nos países-membros do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). A missão contou a participação de mais de 100 empresários, de diversos setores, e resultou na aproximação estratégica com o mercado indiano e na atração de investimentos em setores promissores, como o farmacêutico e o de tecnologia da informação.

A visita a Washington, em 9 e 10 de abril, envolveu o acordo para se evitar a bitributação entre os dois países e também a possibilidade do início das discussões de um acordo comercial entre Brasil e Estados Unidos que incluía, entre outros pontos, acesso a mercados, regras de comércio e instrumentos de cooperação bilateral.

A missão a Lima, no Peru, em outubro, foi organizada à margem da III Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA). Apesar de o Brasil ter registrado crescimento no fluxo de comércio e investimento com a região, o Oriente Médio continua sendo um mercado subaproveitado. O incremento desta relação é fundamental pelo grande potencial dos países participantes, pela complementaridade das exportações e para que empresas brasileiras aumentem a interação com esses mercados.

A visita dos empresários a Moscou, na Rússia, de 12 a 14 de dezembro, foi realizada em conjunto com a visita oficial da presidente Dilma Rousseff. O objetivo da missão, que teve a participação de 70 empresários, foi o aprofundamento das relações comerciais, bem como o potencial dos investimentos existente nos dois países. Os setores com foco em investimentos foram energia, tecnologia da informação, componentes de tecnologia e petróleo e gás. A recente adesão da Rússia à Organização Mundial do Comércio (OMC) demonstra o interesse das autoridades daquele país por um comércio com regras estáveis e previsíveis.

Além das missões empresariais em conjunto com as visitas oficiais, a CNI realizou o Encontro Econômico Brasil-Alemanha, em julho, em Frankfurt, para uma delegação brasileira de 260 empresários e um público total de 650 participantes. Em novembro, promoveu o Encontro Econômico Brasil-Japão, em Tóquio, para 107 empresários brasileiros e um público total de 260 participantes.

A CNI recebeu cerca de 15 delegações estrangeiras ao longo de 2012: Finlândia, Alemanha, Estados Unidos, França, Holanda, Índia, Coreia, Noruega, Suécia, entre outras.

A secretária de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton, visitou a CNI em Brasília no dia 16 de abril de 2012, para o encontro “Visão para a parceria econômica no século XXI”, que reuniu cerca de 250 empresários. Em seu discurso, Hillary reiterou o interesse norte-americano em estreitar laços comerciais com empresários e governo brasileiros. O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, reforçou a demanda dos empresários dos dois países por um acordo que evite a bitributação no comércio entre as duas nações para a continuidade do crescimento de investimentos pela iniciativa privada. “A bitributação onera as empresas e desvia investimentos e comércio para terceiros países”, argumentou Andrade em seu discurso.

AÇÕES NO JUDICIÁRIO

A CNI propôs em 2012 sete novas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em três delas a CNI pede que o STF declare a inconstitucionalidade de leis dos estados de Minas Gerais, Pará e Amapá que criaram taxas de controle, monitoramento e fiscalização sobre as atividades de pesquisa, lavra, exploração ou aproveitamento de recursos minerais. Não é qualquer dever de fiscalizar que legitima a instituição de taxa.

Há também duas ações que questionam a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), pelo estado de destino, da mercadoria nas operações interestaduais de venda on-line ao consumidor final, uma contra lei cearense e outra contra o Protocolo ICMS 21, firmado por estados das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, mais o Espírito Santo e o Distrito Federal. A Constituição é clara em estabelecer a tributação pelo ICMS exclusivamente no estado de origem.

A CNI pede ainda que o STF declare a inconstitucionalidade parcial, sem redução do texto, da parte final do inciso XV do art. 7º da Lei 9.782/99 e da RDC 14/2012 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que proibiu o uso de certos aditivos nos produtos fumígenos derivados do tabaco. Na visão da CNI, será inconstitucional a interpretação da norma que leve ao entendimento de que a Anvisa possui competência abstrata e genérica para proibir a fabricação e a comercialização de produtos e insumos submetidos à fiscalização sanitária.

Há ainda ação pela qual a CNI busca a declaração de inconstitucionalidade da lei que criou a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e que alterou a Lei 8.666/93 com a finalidade de tornar obrigatória a apresentação dessa certidão nos processos licitatórios. Para a CNI, os critérios

de inclusão das empresas no respectivo “banco de devedores” violam o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, na medida em que há inclusão mesmo sem sentença judicial transitada em julgado. A exigência da CNDT nos certames públicos restringe o seu caráter competitivo, por não ser uma condição indispensável de garantia do cumprimento das obrigações assumidas pelos licitantes.

Além dessas sete ações, a CNI pediu ao STF para participar como *amicus curiae* do recurso que trata da tributação da controladora no Brasil por conta dos lucros auferidos pelas suas coligadas e controladas no exterior. O STF reconheceu haver repercussão geral nesse caso. A CNI defende, tal qual na sua ADI 2588, ser inconstitucional o artigo 74 da Medida Provisória 2.158-35/2001, por presumir a disponibilização desses lucros.

A CNI também pediu para participar da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 149, como *amicus curiae*, para defender que a Constituição de 1988 não recepcionou as leis que vinculam o piso salarial dos engenheiros ao salário mínimo.



ATUAÇÃO NO CONGRESSO

A CNI definiu o posicionamento sobre 131 projetos em exame no Congresso Nacional que têm impacto na competitividade da indústria e do país. A Agenda Legislativa da Indústria 2012, que está na 17ª edição, é o resultado de consulta a representantes das 27 federações de indústrias e de 61 associações setoriais nacionais. As posições sobre as 131 proposições legislativas são fruto do consenso entre os diversos setores.

A pauta mínima da Agenda Legislativa da Indústria 2012 listou os 16 projetos considerados mais importantes e urgentes. Entre eles, destacam-se o Projeto de Resolução do Senado 72/2010, convertido na Resolução 13/2012, que visava solucionar parte do problema em torno da “guerra dos portos”; o projeto do novo Código Florestal (Projeto de Lei 1.876/1999) e a extinção do adicional de 10% para o FGTS.

Também faziam parte da Pauta Mínima a redução da jornada de trabalho (Projeto de Emenda Constitucional 231/1995), as restrições à demissão do empregado (MSC 59/2008) e o Projeto de Lei da Terceirização (substituído pelo PL 4.330/2004).

A CNI apresentou, em agosto, a publicação “Prestando Contas” para divulgar o andamento das proposições prioritárias da Agenda Legislativa da Indústria. O balanço semestral também atualiza o posicionamento do setor produtivo diante de novos textos que tenham sido aprovados pelo Legislativo.

PRINCIPAIS CONQUISTAS E AVANÇOS

A CNI tem acompanhado de forma intensa as atividades dos poderes Legislativo e Executivo, ampliando o diálogo com os parlamentares. Com o apoio do Conselho Temático de Assuntos Legislativos, a assessoria legislativa COAL/CNI monitorou, ao longo de 2012, 4.291 proposições legislativas que poderão impactar o setor produtivo.

Dentre esses projetos monitorados, 808 constaram das pautas das comissões temáticas e dos plenários das duas casas legislativas, sendo 536 na Câmara dos Deputados e 272 no Senado. Das 808 proposições incluídas em pauta, 472 foram deliberadas nas diversas instâncias do Legislativo.

Nesse contexto, embora as atividades legislativas em 2012 tenham sido influenciadas pelo período eleitoral, alguns projetos tiveram andamento. O Congresso aprovou o Código Florestal (Lei 12.651/2012), com os ve-

tos que ensejaram a edição da Medida Provisória 571 (Lei 12.727/2012) e arquivou o Projeto de Lei 3.155/2012, que tratava da incidência de tributação sobre investimentos estrangeiros em títulos públicos e da distribuição de lucros e dividendos, além da extinção dos juros sobre capital próprio para efeito de cálculo do lucro real.

O PRS 72/2010, que uniformizou alíquotas interestaduais de ICMS sobre produtos importados e acabou com a guerra dos portos, também foi aprovado.

Outros projetos importantes para a construção de um ambiente de negócios favorável à competitividade da indústria brasileira apresentaram movimentação no primeiro semestre em temas como desoneração tributária, relações de trabalho e questões ambientais.

Também se podem evidenciar os incentivos da segunda etapa do Plano Brasil Maior, previstos nas Medidas Provisórias 563 e 564, como o desconto no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos automóveis e outros bens de consumo, o Reintegra, que devolve a exportadores de setores contemplados o equivalente a uma parcela de seu faturamento, e o Reporto, com incentivos a equipamentos portuários para modernização da infraestrutura.

No segundo semestre de 2012 houve a aprovação do PLS-C 198/2007 no Senado Federal, que trata da extinção da contribuição adicional de 10% do FGTS, tendo o projeto sido remetido à Câmara dos Deputados, e a aprovação do PLS 410/2009 no Senado Federal, que eleva o limite de compensação de prejuízo fiscal, também remetido à Câmara.

Outra importante conquista foi a conversão da MP 579/2012, que trata da prorrogação das concessões do setor elétrico e da redução dos encargos nas tarifas de energia, na Lei 12.579, de 14 de janeiro de 2013.

FOCO NO ASSOCIATIVISMO

A promoção do associativismo esteve no foco das ações da Confederação em 2012. O primeiro semestre foi marcado pela criação da Gerência de Desenvolvimento Associativo na estrutura da CNI e pela realização, pelas federações de indústrias, de ações planejadas no edital 2011-2012 do Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA) direcionadas a líderes sindicais e empresários. A tabela 1 resume os resultados alcançados nesse período.

TABELA 1 – RESULTADOS DAS AÇÕES DO PDA – 1º SEMESTRE/2012

AÇÕES PDA – 1º SEMESTRE/2012	RESULTADOS
Cursos temáticos de defesa de interesses - Infraestrutura - Meio ambiente - Inovação - Relações do trabalho - Política tributária	536 participantes
Oficinas - Negociação sindical - Comunicação e oratória	310 participantes
Palestra de defesa de interesses e competitividade: o papel das entidades de representação	246 participantes
Curso “Como evitar problemas trabalhistas?”	180 participantes
Palestra “Comunicação digital: vamos entrar na rede?”	246 participantes
Planejamento estratégico do sindicato	129 reuniões de planejamento
Pesquisa sindical	695 sindicatos

Na área de capacitação, os cursos temáticos sobre defesa de interesses levaram a sindicatos e empresas informações e posicionamentos sobre cinco temas que impactam diretamente a competitividade da indústria: relações de trabalho, política tributária, meio ambiente, inovação e infraestrutura. As oficinas *Comunicação e oratória* e *Negociação sindical*, dirigidas especificamente a sindicatos, também contribuíram para mais de 300 presidentes e executivos desenvolverem essas competências.

Para aprimorar a gestão dos sindicatos, o PDA apoiou a realização de 129 reuniões de formulação de planejamentos estratégicos ou de planos de ação de sindicatos. Com o objetivo de subsidiar ações futuras, consolidou os resultados da primeira Pesquisa Sindical, que retratou aspectos relacionados à estrutura, liderança, comunicação e negociações coletivas.

O Edital PDA 2012-2013 ofereceu 13 diferentes ações para adesão e execução pelas federações de indústrias, além de apoio financeiro a projetos inovadores focados no associativismo.

As 13 ações se dividem em três focos, cujos objetivos estão descritos na Tabela 2.

TABELA 2 – FOCOS DE ATUAÇÃO DO PDA

FOCO 1 Mobilização de empresários	FOCO 2 Desenvolvimento dos sindicatos	FOCO 3 Projetos inovadores
OBJETIVOS: - Disseminar informações práticas sobre assuntos de interesse - Sensibilizar quanto ao impacto do ambiente de negócios sobre a competitividade das empresas - Estimular maior participação de empresários no Sistema de Representação da Indústria	OBJETIVOS: - Orientar e prover ferramentas para estruturação e planejamento do sindicato - Aprimorar a gestão sindical - Ampliar a comunicação e o relacionamento do sindicato com a base empresarial	OBJETIVOS: - Estimular novas ideias das federações e sindicatos voltados ao associativismo - Apoiar financeiramente projetos inovadores de diferentes estados - Expandir as iniciativas bem-sucedidas para que beneficiem sindicatos e empresas de todo o país

O novo edital foi apresentado aos sindicatos por meio de ampla campanha de divulgação: 21 federações de indústrias realizaram eventos para compartilhar o edital com os sindicatos e subsidiar a elaboração de seus planos de trabalho. As 27 federações apresentaram planos de trabalho, com ações previstas de julho de 2012 a outubro de 2013.

A tabela 3 apresenta os resultados das ações realizadas pelas federações durante o segundo semestre de 2012.

TABELA 3 – PDA: AÇÕES PREVISTAS E REALIZADAS

AÇÕES PDA – 2º SEMESTRE/2012	RESULTADOS
Diálogo sobre a competitividade da indústria	70 participantes
Dia do empresário da indústria	215 participantes
Curso: Como evitar problemas trabalhistas?	967 participantes
Curso: Como pagar menos tributos?	289 participantes
Curso: Como reduzir sua tarifa de energia elétrica?	252 participantes
Planejamento estratégico do sindicato	2 reuniões de planejamento
Oficina: Gestão sindical eficiente: como ampliar a base de representação e arrecadação?	51 participantes
Mesa-redonda: Gestão sindical eficiente: como atrair e manter associados?	69 participantes
Sites do sindicato	486 sites ativos
Boletim eletrônico	398 boletins ativos
Palestra: Comunicação digital: vamos entrar na rede?	352 participantes

Entre as ações para mobilização de empresários, três novos cursos se destacaram: “*Como evitar problemas trabalhistas?*”, “*Como pagar menos tributos?*” e “*Como reduzir sua tarifa de energia elétrica?*”. Os 1.508 empresários e técnicos de empresas que participaram das 44 turmas receberam informações práticas sobre os temas. Ao mesmo tempo, os cursos enfatizaram o quanto esses temas impactam a competitividade das empresas e estimularam os empresários a se unirem para, por meio dos sindicatos, defenderem interesses coletivos.

O “Dia do empresário da indústria” e o “Diálogo sobre a competitividade da indústria” reuniram mais de 280 participantes e contribuíram para informar as empresas sobre a atuação e os serviços oferecidos pelo Sistema Indústria, além de sensibilizá-las quanto à importância da participação ativa nos sindicatos para tornar a voz da indústria cada vez mais forte.

Duas novas ações voltadas ao desenvolvimento dos sindicatos também foram iniciadas no segundo semestre de 2012: a oficina “Gestão sindical eficiente: como ampliar a base de representação e arrecadação” e a mesa-redonda “Como atrair e manter associados”. A primeira apresenta o Sistema Integrado de Gestão da Arrecadação (SIGA) e ressalta como ele pode ser utilizado pelos sindicatos para se relacionar com as empresas representadas e gerir sua arrecadação. A mesa-redonda reúne líderes de sindicatos de diferentes estados para compartilhar boas práticas relacionadas à atração e retenção de associados.

A palestra “Comunicação digital: vamos entrar na rede?” apresentou a mais de 350 executivos e técnicos de sindicatos ferramentas de comunicação digital para uma maior aproximação entre sindicatos e empresas. Os sindicatos criaram, por meio do PDA, 486 sites e 372 boletins eletrônicos.

CONSOLIDAÇÃO DA REDE DE DESENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO

O ano de 2012 foi um marco no relacionamento entre a CNI e as federações de indústrias na área do associativismo. O grupo de gestores do PDA nos estados passou, em 2012, a se constituir como rede, o que proporcionou maior integração entre gestores e técnicos, motivação, troca de informações e experiências entre federações e também a participação mais efetiva no planejamento das ações da Gerência de Desenvolvimento Associativo.

Ao longo do ano, foram realizados três encontros: o primeiro para consolidação da rede e definição de prioridades, o segundo para capacitação dos integrantes em gestão de projetos e o terceiro para compartilhamento de boas práticas de cada federação e da CNI e para apresentação do Plano de Ação 2013.







CONFEDERAÇÃO NACIONAL INDÚSTRIA - CNI

Presidente
Robson Braga de Andrade
Presidente

Gabinete da Presidência
Antônio Carlos da Silva
Chefe de Gabinete

Unidade de Controle de Processos
Oswaldo Borges Rego Filho
Gerente-executivo de Controle de Processos

Diretoria de Educação e Tecnologia
Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti
Diretor

Superintendência do SESI
Renato Caporalli Cordeiro
Diretor Superintendente

Diretoria Geral do SENAI
Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti
Diretor

Superintendência do IEL
Carlos Roberto Rocha Cavalcante
Superintendente

Diretoria de Políticas e Estratégia
José Augusto Coelho Fernandes
Diretor

Diretoria de Desenvolvimento Industrial
Carlos Eduardo Abijaodi
Diretor

Diretoria de Relações Institucionais
Mônica Messenberg Guimarães
Diretora

FEDERAÇÕES FILIADAS

Federação das Indústrias do Estado do Acre – FIEAC
Carlos Takashi Sasai
Presidente

Federação das Indústrias do Estado de Alagoas – FIEA
José Carlos Lyra de Andrade
Presidente

Federação das Indústrias do Estado do Amapá – FIEAP
Joziane Araújo Nascimento Rocha
Presidente

Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM
Antônio Carlos da Silva
Presidente

Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB
José de Freitas Mascarenhas
Presidente

Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC

Roberto Proença de Macêdo

Presidente

Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA

Antônio Rocha da Silva

Presidente

Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo – FINDES

Marcos Guerra

Presidente

Federação das Indústrias do Estado de Goiás – FIEG

Pedro Alves de Oliveira

Presidente

Federação das Indústrias do Estado do Maranhão – FIEMA

Edílson Baldez das Neves

Presidente

Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso – FIEMT

Jandir José Milan

Presidente

Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul – FIEMS

Sérgio Marcolino Longen

Presidente

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG

Olavo Machado Júnior

Presidente

Federação das Indústrias do Estado do Pará – FIEPA

Jose Conrado Azevedo Santos

Presidente

Federação das Indústrias do Estado da Paraíba – FIEP

Francisco de Assis Benevides Gadelha

Presidente

Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP

Edson Luiz Campagnolo

Presidente

Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE

Jorge Wicks Côrte Real

Presidente

Federação das Indústrias do Estado do Piauí – FIEPI

Antonio José de Moraes Souza Filho

Presidente

Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte – FIERN

Amaro Sales de Araújo

Presidente

Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – FIERGS

Heitor José Müller

Presidente

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

Presidente

Federação das Indústrias do Estado de Rondônia – FIERO

Denis Roberto Baú

Presidente

Federação das Indústrias do Estado de Roraima – FIER

Rivaldo Fernandes Neves

Presidente

Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC

Glauco José Côrte

Presidente

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP

Paulo Antonio Skaf

Presidente

Federação das Indústrias do Estado de Sergipe - FIES

Eduardo Prado de Oliveira

Presidente

Federação das Indústrias do Estado de Tocantins - FIETO

Roberto Magno Martins Pires

Presidente

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO – DIRCOM

Carlos Alberto Barreiros
DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

**GERÊNCIA EXECUTIVA DE PUBLICIDADE E
PROPAGANDA – GEXPP**

Carla Gonçalves
GERENTE-EXECUTIVA

Núcleo de Gestão de Editoração
PRODUÇÃO EDITORIAL

DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS – DSC

**Área de Administração, Documentação
e Informação – ADINF**

Marcos Tadeu de Siqueira
GERENTE-EXECUTIVO

**Gerência de Documentação
e Informação – GEDIN**

Fabiola de Luca Coimbra Bomtempo
GERENTE DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Alberto Nemoto Yamaguti
NORMALIZAÇÃO

Theo Saad
REDAÇÃO

Denise Goulart
REVISÃO GRAMATICAL

Bertoni Design
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO



RELATÓRIO ANUAL
2012